

15.2.10 – CPU 10 – ROTA 10: VÁRZEA DA SERRA, ALTO DAS CARAÚBAS, ARATACA, ITAPEIM, ANDREZA E JATOBÁ

1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)																	
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	PERCURSO TOTAL NO MÊS (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		REMUNERAÇÃO DO CAPITAL	DEPRECIÇÃO (0,59%)	MANUTENÇÃO (R\$0,40/Km)	LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	TOTAL							
			3,00 Km/L	R\$							R\$/L	R\$					
CAMINHÃO BASCULANTE/CARROCERIA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 M³	277,71	R\$ 121.856,00	92,57	R\$	322,15	R\$	1.137,32	R\$	649,49	R\$	111,09	R\$	73,11	R\$	48,50	R\$	2.341,66

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.org.br/>).

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)										
FUNÇÃO	COEFICIENTE (**)	CUSTO SALARIAL					ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)	SUBTOTAL	FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO	SUBTOTAL				
MOTORISTA	0,13	R\$ 1.313,80	R\$ 262,76	R\$ -	R\$ 1.576,56	R\$ 1.393,05	R\$ 2.969,61	R\$ 47,33	R\$ 402,81	
GARI COLETOR	0,40	R\$ 976,10	R\$ -	R\$ 390,44	R\$ 1.366,53	R\$ 1.207,47	R\$ 2.574,00	R\$ 47,33	R\$ 1.049,98	
								TOTAL	R\$ 1.452,79	

(**) PRODUÇÃO DE UMA EQUIPE = 2.080 Km		
FUNÇÃO	EQUIPE	PERCURSO COEFICIENTE
MOTORISTA	1,00	277,71 Km
GARI COLETOR	3,00	0,40

- Produção média de uma equipe = 80 Km/dia x 26 dias = 2.080 Km.



(2 viagens da sede ao Aterro Sanitário)

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2):	R\$ 3.794,45
BDI (26,83%):	R\$ 1.018,05
TOTAL/MÊS:	R\$ 4.812,50

Francisco Orton da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404D

Leonardo Bezerra de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA



15.2.11 – CPU 11 – ROTA 11: CÓRREGO SANTA MARIA I, CÓRREGO SANTA MARIA II, CÓRREGO SANTA MARIA III, PALMEIRA E ALTO ALEGRE

1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)							TOTAL	
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	PERCURSO TOTAL NO MÊS (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		DEPRECIÇÃO (0,53%)	MANUTENÇÃO (R\$0,40/Km)	LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS
			3,00 Km/L	R\$				
CAMINHÃO BASCULANTE/CARROCERIA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 M³	405,00	R\$ 121.856,00	135,00	R\$ 469,80	R\$ 1.137,32	R\$ 162,00	R\$ 73,11	R\$ 48,50
								R\$ 2.540,23

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.org.br/>).

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)							TOTAL	
FUNÇÃO	COEFICIENTE (**)	CUSTO SALARIAL				FARDAMENTO E EPI	TOTAL	
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO			
MOTORISTA	0,19	R\$ 1.313,80	R\$ 262,76	R\$ -	R\$ 1.576,56	R\$ 47,33	R\$ 587,43	
GARI COLETOR	0,58	R\$ 976,10	R\$ -	R\$ 390,44	R\$ 1.366,53	R\$ 47,33	R\$ 1.531,21	
						TOTAL	R\$ 2.118,65	

(**) PRODUÇÃO DE UMA EQUIPE = 2.080 Km

FUNÇÃO	EQUIPE	PERCURSO	COEFICIENTE
MOTORISTA	1,00	405,00 Km	0,19
GARI COLETOR	3,00		0,58

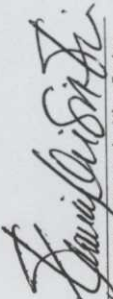
- Produção média de uma equipe = 80 Km/dia x 26 dias = 2.080 Km.



(2 viagens da sede ao Aterro Sanitário)

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2):	R\$ 4.658,88
BDI (26,83%):	R\$ 1.249,98
TOTAL/MÊS:	R\$ 5.908,86


 Leonardo Bezerra de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA


 Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404D



15.2.12 – CPU 12 – ROTA 12: FORQUILHA, MEDEIROS, BOQUEIRÃO, TAPUJO E SERRA DO FÉLIX

1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)																	
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	PERCURSO TOTAL NO MÊS (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		REMUNERAÇÃO DO CAPITAL	DEPRECIACÃO (0,53%)	MANUTENÇÃO (R\$0,40/Km)	LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	TOTAL							
			3,00 Km/L	R\$							R\$/L	R\$					
CAMINHÃO BASCULANTE/CARROCERIA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 M ³	794,57	R\$ 121.856,00	264,86	R\$	921,70	R\$	1.137,32	R\$	649,49	R\$	317,83	R\$	73,11	R\$	48,50	R\$	3.147,96

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.org.br/>).

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)									
FUNÇÃO	COEFICIENTE (**)	CUSTO SALARIAL					FARDAMENTO E EPI		TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)	SUBTOTAL	TOTAL	
MOTORISTA	0,38	R\$ 1.313,80	R\$ 262,76	R\$ -	R\$ 1.576,56	R\$ 1.393,05	R\$ 2.969,61	R\$ 47,33	R\$ 1.152,49
GARI COLETOR	1,15	R\$ 976,10	R\$ -	R\$ 390,44	R\$ 1.366,53	R\$ 1.207,47	R\$ 2.574,00	R\$ 47,33	R\$ 3.004,10
								TOTAL	R\$ 4.156,59

(**) PRODUÇÃO DE UMA EQUIPE = 2.080 Km

FUNÇÃO	EQUIPE	PERCURSO	COEFICIENTE
MOTORISTA	1,00	794,57 Km	0,38
GARI COLETOR	3,00		1,15

- Produção média de uma equipe = 80 Km/dia x 26 dias = 2.080 Km.



(2 viagens da sede ao Aterro Sanitário)

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2):	R\$ 7.304,55
BDI (26,83%):	R\$ 1.959,81
TOTAL/MÊS:	R\$ 9.264,36



Francisco Orion da Silva Freire
 Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404D

Leonardo Bezerra de Sousa
 Leonardo Bezerra de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA




15.2.13 – CPU 13 – COLETA E TRANSPORTE DE PODA E ENTULHO

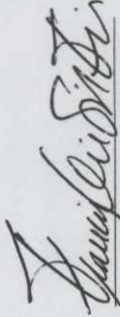
1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)										
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	MÉDIA DE PERCURSO (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		REMUNERAÇÃO DO CAPITAL	DEPRECIACÃO (0,53%)	MANUTENÇÃO (R\$0,40/Km)	LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	TOTAL
			3,00 Km/L	R\$						
CAMINHÃO BASCULANTE/CARROCERIA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 M³	1.500,71	R\$ 121.856,00	500,24	R\$ 1.740,82	R\$ 1.137,32	R\$ 649,49	R\$ 600,28	R\$ 73,11	R\$ 48,50	R\$ 4.249,54

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.org.br/>).

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)									
FUNÇÃO	COEF.	CUSTO SALARIAL					SUBTOTAL	FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)			
MOTORISTA	1,00	R\$ 1.313,80	R\$ 262,76	R\$ -	R\$ 1.576,56	R\$ 1.393,05	R\$ 2.969,61	R\$ 47,33	R\$ 3.016,94
PODADOR	1,00	R\$ 1.007,81	R\$ 201,56	R\$ -	R\$ 1.209,37	R\$ 1.068,60	R\$ 2.277,97	R\$ 47,33	R\$ 2.325,31
JARDINEIRO	1,00	R\$ 1.007,81	R\$ 201,56	R\$ -	R\$ 1.209,37	R\$ 1.068,60	R\$ 2.277,97	R\$ 47,33	R\$ 2.325,31
							TOTAL	R\$	7.667,55

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2): R\$	11.917,09
BDI (26,83%): R\$	3.197,36
TOTAL/MÊS: R\$	15.114,45


 Leonardo Bezerra de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA


 Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404/D



15.2.14 – CPU 14 – COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE VARRIÇÃO E CAPINAGEM

VEÍCULO/EQUIPAMENTO	1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)						LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	TOTAL	
	MÉDIA DE PERCURSO (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		DEPRECIÇÃO (0,53%)	REMUNERAÇÃO DO CAPITAL				
			3,00 Km/L	R\$ 3,48/L						
CAMINHÃO BASCULANTE/CARROCERIA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 M³	1.500,71	R\$ 121.856,00	500,24	R\$ 1.740,82	R\$ 1.137,32	R\$ 649,49	R\$ 600,28	R\$ 73,11	R\$ 48,50	R\$ 4.249,54

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipec.org.br/>).

1 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)										
FUNÇÃO	QUANT.	CUSTO SALARIAL					ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)	SUBTOTAL	FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS				
MOTORISTA	1,00	R\$ 1.313,80	R\$ 262,76	R\$ -	R\$ 1.576,56	R\$ 1.393,05	R\$ 2.969,61	R\$ 47,33	R\$ 3.016,94	
GARI DE VARRIÇÃO	45,00	R\$ 976,10	R\$ 195,22	R\$ -	R\$ 1.171,32	R\$ 1.034,97	R\$ 2.206,29	R\$ 47,33	R\$ 101.413,05	
								TOTAL	R\$ 104.429,99	

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2):	R\$ 108.679,53
BDI (26,83%):	R\$ 29.158,72
TOTAL/MÊS:	R\$ 137.838,25

Francisco Orlon da Silva Freire
Francisco Orlon da Silva Freire
Engenheiro Civil
RNP: 060689619-8
CREA/CE: 43.404D

Leonardo Belerra de Sousa
Leonardo Belerra de Sousa
Secretário de Infraestrutura - SEINFRA



15.2.15 – CPU 15 – COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), DA REDE PÚBLICA, INCLUINDO DESTINAÇÃO FINAL (INCINERAÇÃO/ATERRO SANITÁRIO)

1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)										
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	MÉDIA DE PERCURSO (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		REMUNERAÇÃO DO CAPITAL	DEPRECIÇÃO (0,53%)	MANUTENÇÃO (R\$0,40/Km)	LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	TOTAL
			8,00 Km/L	R\$						
VEÍCULO COM CARREGAMENTO TRAZEIRO E BAÚ IMPERMEABILIZADO, APROPRIADO AO TRANSPORTE DE LIXO HOSPITALAR	640,00	R\$ 60.506,00	80,00	R\$	341,60	R\$ 582,37	R\$ 322,50	R\$ 256,00	R\$ 36,30	R\$ 1.587,27

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipec.org.br/>).

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)								
FUNÇÃO	COEF.	CUSTO SALARIAL					FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)		
MOTORISTA	0,31	R\$ 1.313,80	R\$ 262,76	R\$ -	R\$ 1.576,56	R\$ 1.393,05	R\$ 47,33	R\$ 928,29
GARI COLETOR	0,31	R\$ 976,10	R\$ -	R\$ 390,44	R\$ 1.366,53	R\$ 1.207,47	R\$ 47,33	R\$ 806,57
TOTAL							R\$	1.734,86

(**) PRODUÇÃO DE UMA EQUIPE = 2.080 Km		
FUNÇÃO	EQUIPE	PERCURSO
MOTORISTA	1,00	640,00 Km
GARI COLETOR	1,00	640,00 Km

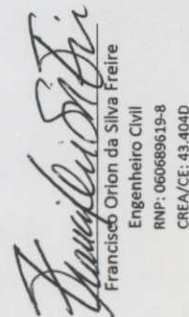
- Produção média de uma equipe = 80 Km/dia x 26 dias = 2.080 Km.

3 - CUSTO DA INCINERAÇÃO			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (***)	UN	R\$/UN
TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÉPTICOS, ATRAVÉS DA OXIDAÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO)	935,00	KG	R\$ 3,50
TOTAL			R\$ 3.272,50

(***) Demanda mensal do município: 8.500 l/mês x 0,11 Kg/l (densidade RSSS - LIBERTI et al, 1994, apud PRUISS et al, 1999) = 935 Kg/mês.

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2+3): R\$	6.594,63
BDI (26,83%): R\$	1.769,34
TOTAL/MÊS: R\$	8.363,97


 Leonardo B. de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA


 Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404D




15.2.16 – CPU 16 – RETROESCAVADEIRA PARA SERVIÇOS RELACIONADOS ÀS DIVERSAS ROTAS

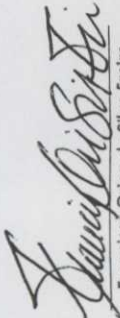
1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO			
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	SEINFRA/CE - 024.1 (DESONERADA)		
	VALOR (R\$)	HORAS/MÊS (*)	TOTAL
10765 - RETRO ESCAVADEIRA DE PNEUS (CHP)	R\$ 77,76	120,00	R\$ 9.331,20

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)						
FUNÇÃO	COEFICIENTE (*)	CUSTO SALARIAL			FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)		
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	0,58	R\$ 1.740,15	R\$ 348,03	R\$ 1.537,60	R\$ 47,33	R\$ 2.119,11
					TOTAL	R\$ 2.119,11

(*) Foram considerados somente 15 dias de trabalho, numa jornada de 8 horas, em um mês com média de 26 dias.

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2):	R\$ 11.450,31
BDI (26,83%):	R\$ 3.072,12
TOTAL/MÊS:	R\$ 14.522,43


 Leonardo Bezeira de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA


 Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404D



15.2.17 – CPU 17 – TRATOR DE ESTEIRAS PARA MANEJO NO ATERRO SANITÁRIO

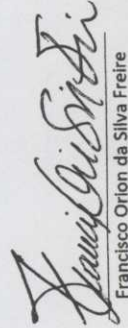
1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO			
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	SEINFRA/CE - 024.1 (DESONERADA)		
	VALOR (R\$)	HORAS/MÊS (*)	TOTAL
I0779 - TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	R\$ 220,70	32,00	R\$ 7.062,40

2 - CUSTO COM PESSOAL DIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)						
FUNÇÃO	COEFICIENTE (*)	CUSTO SALARIAL			FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (40,00%)	ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)		
OPERADOR DE TRAT	0,15	R\$ 1.740,15	R\$ 696,06	R\$ 1.537,60	R\$ 47,33	R\$ 618,64
					TOTAL	R\$ 618,64

(*) Foram considerados somente 4 dias de trabalho, numa jornada de 8 horas, em um mês com média de 26 dias.

RESUMO DO SERVIÇO	
SUBTOTAL (1+2):	R\$ 7.681,04
BDI (26,83%):	R\$ 2.060,82
TOTAL/MÊS:	R\$ 9.741,86


 Leonardo B. de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA


 Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43.404D



15.2.18 – CPU 18 – SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

1 - CUSTO DO EQUIPAMENTO (*)							TOTAL	
VEÍCULO/EQUIPAMENTO	MÉDIA DE PERCURSO (Km)	VALOR EQUIPAMENTO	COMBUSTÍVEL		DEPRECIACÃO (0,53%)	MANUTENÇÃO (R\$0,40/Km)	LICENCIAMENTO, SEGUROS E IPVA (0,06%)	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS
			30,00 Km/L	R\$				
VEÍCULO TIPO MOTO, MÍNIMO DE 125 CC	1.800,00	R\$ 7.052,00	60,00	R\$ 256,20	R\$ 67,88	R\$ 720,00	R\$ 4,23	R\$.
								R\$ 1.085,89

(*) Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.org.br/>).

2 - CUSTO COM PESSOAL INDIRETO (SALÁRIO + ENCARGOS SOCIAIS + FARDAMENTO + EPI'S)										
FUNÇÃO	QUANT.	CUSTO SALARIAL					ENCARGOS SOCIAIS (88,36%)	SUBTOTAL	FARDAMENTO E EPI	TOTAL
		SAL. BASE	INSALUBRIDADE (20,00%)	INSALUBRIDADE (40,00%)	SALÁRIO BASE	R\$				
SUPERVISOR	1,00	R\$ 2.023,83	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.023,83	R\$ 1.788,25	R\$ 3.812,08	R\$ 30,00	R\$ 3.842,08	
ENCARREGADO DE TURMA	2,00	R\$ 1.313,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.313,80	R\$ 1.160,87	R\$ 2.474,67	R\$ 30,00	R\$ 5.009,35	
ALMOXARIFE	1,00	R\$ 1.253,95	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.253,95	R\$ 1.107,99	R\$ 2.361,93	R\$ 30,00	R\$ 2.391,93	
APONTADOR	1,00	R\$ 1.100,70	R\$ 220,14	R\$ -	R\$ 1.320,85	R\$ 1.167,10	R\$ 2.487,95	R\$ 47,33	R\$ 2.535,28	
SECRETARIA	1,00	R\$ 1.100,70	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.100,70	R\$ 972,58	R\$ 2.073,29	R\$ 30,00	R\$ 2.103,29	
								TOTAL	R\$ 15.881,93	

RESUMO DO SERVIÇO

SUBTOTAL (1+2):	R\$ 16.967,82
BDI (26,83%):	R\$ 4.552,47
TOTAL/MÊS:	R\$ 21.520,29



Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43-4040

Leonardo Bezerra de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA

16 - CRONOGRAMA FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇO/NOTA	UNIDADE	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
01	ROTA 01 - OETA MARITIMA (BARRA NOVA, TABUBA, MORRO BRANCO, PIAIA DAS FONTES, ODIOSO, URUJAI E BARRA DA SUCATRINHA).	MÊS	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95	R\$ 14.834,95
02	ROTA 02 - ENTRADA DA CIDADE POSTO COLOAO MARITIMAS, LOTEAMENTO PLANALDO DO BEBEIRE, CHORÓ, SUCATRINHA, QUATRO BOCAS, JUATZEIRO, CÔRREGO DO SAL, VILTA DO SOCO, CAMPESINHA DA PIRINA, CHEIRO VERDE E PRAIEIRA DO CANTO VERDE.	MÊS	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14	R\$ 24.962,14
03	ROTA 03 - CENTRO, LOTEAMENTO PLANALTO BEBEIRE (BANKUE SECO), PIAIA DAS FONTES, COHAB E MORRO BRANCO	MÊS	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48	R\$ 36.662,48
04	ROTA 04 - SÍTIO LUCAS, VILA DOS MONTEIROS, MACAPÁ, SÍTIO PORTA, TRACÓIA E SÍTIO DO LUITE.	MÊS	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48	R\$ 13.533,48
05	ROTA 05 - VILA DOS GAMA, MARINHA, TABUBERINHA E TABUBA.	MÊS	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52	R\$ 16.224,52
06	ROTA 06 - LOTEAMENTO PARQUE DAS FONTES, ONOFRE, ODIOSO, OIHO D'ÁGUA, UBERABINHA, UBERABA, TÓLCA, CARTANOS, CARAMPICHO, BONI JARDIM, MATIA DO MEIO E CAVALO MORITO.	MÊS	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99	R\$ 13.682,99
07	ROTA 07 - LADORINHA, POSTO AVISTRUZ, VILA NOVA, COTIA, PONTA D'ÁGUAS I E II, CÔRREGO DO MOREIRA E GROSOS.	MÊS	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95	R\$ 11.589,95
08	ROTA 08 - UIRUAI, CUMBE, BARRA DA SUCATRINHA, LAGOA FUNDA, TABUBA, LAGOA NOVA, BARBACAS, POURE E LAGOA DE DENTRO.	MÊS	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52	R\$ 15.327,52
09	ROTA 09 - PANAUBURI, BARBERIA DO IRMO, TAPIRO, PARIPEUBA, PORTINHAS, GOBERNIA, BOA VISTA E CUIABÁ.	MÊS	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47	R\$ 22.852,47
10	ROTA 10 - VÁRZEA DA SERRA, ALTO DAS CARAUBAS, ARATACA, ITAPERÁ, ANORZEA E JATOBÁ.	MÊS	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50	R\$ 4.812,50
11	ROTA 11 - CÔRREGO SANTA MARIA I, CÔRREGO SANTA MARIA II, CÔRREGO SANTA MARIA III, PALMEIRA E ALTO ALGERIE.	MÊS	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86	R\$ 5.908,86
12	ROTA 12 - FORQUILHA, MEGRELOS, BOQUEIRÃO, TAPIRO I SERRA DO PEIL.	MÊS	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36	R\$ 9.264,36
13	COLETA E TRANSPORTE DE FODAS E ENTULHO.	MÊS	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45	R\$ 15.114,45
14	COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE VARRIÇÃO E CAPINAGEM.	MÊS	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25	R\$ 137.838,25
15	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), INCLUINDO DESTINAÇÃO FINAL (INCINERAÇÃO/ATERRO SANITÁRIO).	MÊS	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97	R\$ 8.363,97
16	RETROCALDEIRA PARA SERVIÇOS RELACIONADOS ÀS DIVERSAS ROTAS.	MÊS	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43	R\$ 14.522,43
17	TRATADOR DE ESTERIAS PARA MANEJO DO ATERRO SANITÁRIO.	MÊS	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86	R\$ 9.741,86
18	SUPERVÍCIO DOS SERVIÇOS.	MÊS	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29	R\$ 21.520,29
TOTAL / MÊS:			R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47	R\$ 396.757,47

Leonardo Bezerra de Sousa
 Secretário de Infraestrutura - SEINFRA

Francisco Orion da Silva Freire
 Engenheiro Civil
 RNP: 060689619-8
 CREA/CE: 43-404D





17 – ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA)



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

ART OBRA / SERVIÇO -
REGISTRO ANTES DO
TÉRMINO DA FLS 303
OBRA/SERVIÇO
Nº CE20170215141

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

FRANCISCO ORION DA SILVA FREIRE

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 060689619-8

2. Contratante

Contratante: MUNICÍPIO DE BEBERIBE

RUA JOÃO TOMAZ FERREIRA

CPF/CNPJ: 07.528.292/0001-89

Nº: 42

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Beberibe

UF: CE

CEP: 62840000

País: Brasil

Telefone: (85) 3338-2010

Email:

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 3.206,73

Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: MUNICÍPIO DE BEBERIBE

CPF/CNPJ: 07.528.292/0001-89

RUA JOÃO TOMAZ FERREIRA

Nº: 42

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Beberibe

UF: CE

CEP: 62840000

Telefone: (85) 3338-2010

Email:

Coordenadas Geográficas: Latitude: -4.179115 Longitude: -38.130504

Data de Início: 11/07/2017

Previsão de término: 11/07/2018

Finalidade: Infraestrutura

4. Atividade Técnica

A1 - ATUACAO

Quantidade

Unidade

5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - MEIO AMBIENTE -> MEIO AMBIENTE -> #9311 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1,00

un

A3 - SUPERVISAO OU COORDENACAO

Quantidade

Unidade

17 - FISCALIZAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - MEIO AMBIENTE -> MEIO AMBIENTE -> #9311 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE. FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO APÓS A FINALIZAÇÃO DO CERTAME.

6. Declarações

Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO CEARÁ (SENGE-CE)

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Francisco Orion da Silva Freire
FRANCISCO ORION DA SILVA FREIRE - CPF: 857.808.983-91

Beberibe 18 de Dezembro de 2017

Local

data

MUNICÍPIO DE BEBERIBE - CNPJ: 07.528.292/0001-89

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 81,53

Pago em: 11/07/2017

Nosso Número: 8212074740



ANEXO A – CONVENÇÃO COLETIVA (SEEACONCE)



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000509/2017
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/04/2017
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR01826/2017
 NÚMERO DO PROCESSO: 46.205.000/857/2017-32
 DATA DO PROTOCOLO: 01/04/2017



Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, CNPJ n. 23.443.849/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIO MAIA DA SILVA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ n. 11.088.721/0001-11, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO CESAR BALTAZAR VIANA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Limpeza pública e privada, Coleta de resíduos sólidos de qualquer natureza e seu transporte, pinturas de meio fio de Ruas e Avenidas**, com abrangência territorial em CE.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PIS O SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de 1º de janeiro de 2017, fica assegurada o piso salarial da categoria de GARI DE VARRIÇÃO, GARI COLETOR, PODADOR, JARDINEIROS AJUDANTE DE COLETA, AJUDANTE DE CAÇAMBA, OPERADOR AMBIENTAL, PROFISSIONAL QUE LABORE NA PINTURA DE MEIO FIO, LIMPEZA DE CANAL, LAGOS, LAGOAS, PROFISSIONAL QUE LABORE EM CAPINAÇÃO, PINTURAS DE MEIO FIO E ATIVIDADES SIMILARES, o valor de **R\$ 983,00 (Novecentos e oitenta e três reais)**, para todo Estado do Ceará, para exercer uma jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os salários dos demais empregados terão que recebam salário igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) terão um aumento de **6,84 % (seis vírgula oitenta e quatro por cento)**, sobre o salário base recebido no mês de **dezembro/2016**.

PARÁGRAFO SEGUNDO— Os demais empregados que recebem salários acima de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, terão seus salários majorados no percentual de **6,58% (Seis vírgula cinquenta e oito por cento)**, sobre o salário base recebido no mês de **dezembro/2016**.

PARÁGRAFO TERCEIRO— Os empregados que exercem a atividade de porteiro receberão salário no valor de **R\$ 1.103,39** (hum mil, cento e três reais e trinta e nove centavos) e cumprirão uma jornada de trabalho em regime de 12 x 36 horas.

PARÁGRAFO QUARTO— Os empregados que exercem a atividade de encarregado de turma/ chefe de equipe será pago o piso salarial de **R\$ 1.313,81** (hum mil, trezentos e treze reais e oitenta centavos)

PARÁGRAFO QUINTO – HORAS EXTRAS: As horas trabalhadas que ultrapassarem às 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 08 (oito) horas diárias serão pagas com um adicional de 50% (cinquenta por cento)

PARÁGRAFO SEXTO— Para os empregados que recebem adicional de insalubridade, este também comporá a base de cálculo das horas extras, a partir da CCT/2012.



PARÁGRAFO SÉTIMO—Quando o labor for prestado aos domingos, serão compensados na mesma semana, de acordo com a escala de revezamento.

PARÁGRAFO OITAVO—Quando o labor for prestado em dia feriado, às horas trabalhadas serão pagas com o acréscimo de 100% sobre a hora normal.

PARÁGRAFO NONO— As diferenças salariais da folha de janeiro e fevereiro serão pagas até a folha de abril de 2017, quanto ao vale alimentação, cesta básica, auxílio creche e as diferenças do vale alimentação nas férias retroativos a janeiro/2017, etc serão pagas até o dia 31 de maio de 2017, devendo a empresa que incorrer em mora pagar multa de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora ocorrer por culpa do empregado

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - ADIANTAMENTO QUINZENAL

A empresa efetuará os pagamentos dos salários quinzenalmente na forma a seguir:

- 1) Até o dia 15 (quinze) – adiantamento de no mínimo 40% (quarenta por cento) do salário nominal;
- 2) Até o dia 30 (trinta) ou 31 (trinta e um) – (último dia de cada mês) será efetuado pagamento do saldo remanescente do mês.

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento salarial, tipo contra cheque, formalmente preenchido, com a discriminação das parcelas salariais recebidas com os respectivos descontos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sobre as horas extras prestadas com habitualidade incidirão o repouso semanal remunerado, conforme estabelecido no art. 7º da Lei. 605/49, com a redação que lhe deu a Lei 7.415/85.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregado estudante, matriculado em curso regular previsto em lei, desde que faça comunicação prévia à empresa, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, não poderá prestar serviços além da jornada normal de trabalho, durante o período letivo.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA SEXTA - INSALUBRIDADE

As empresas pagarão, a título de adicional de insalubridade, o percentual de **20% (vinte por cento)**, sobre o valor do salário mínimo aos trabalhadores que laborem na função Gari de Varrição e aos empregados que trabalhem internamente nas Garagens, desde que mantenham contato direto com resíduos sólidos decorrentes da coleta urbana.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os empregados que desempenharem a função de GARI COLETOR, AJUDANTE DE COLETA, AJUDANTE DE CAÇAMBA, OPERADOR AMBIENTAL, COLETOR DE LIXO HOSPITALAR, LIMPEZA DE CANAL, LAGOAS OU SIMILARES o percentual será de **40% (quarenta por cento)** sobre o valor do salário mínimo.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**CLÁUSULA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Fica instituída a participação nos resultados, na forma da Lei 10.101/2000, em favor dos trabalhadores será pago semestralmente, de acordo com o art. Art. 3º § 2º da Lei 10.101/2000, tendo por base o valor de **R\$ 85,00(oitenta e cinco reais)** por mês para **GARI DE COLETA DE LIXO, OPERADOR AMBIENTAL, PROFISSIONAL DE LIMPEZA DE CANAL, LAGOS, LAGOA e AJUDANTE DE CAÇAMBA**. No mês em que o empregado estiver de férias receberá o valor integral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para os trabalhadores que exerçam a atividade de **GARI DE VARRIÇÃO, PODADOR, JARDINEIRO, AJUDANTE DE COLETA, PROFISSIONAL QUE LABORE NA PINTURA DE MEIO FIO E CAPINAÇÃO**, o valor será de **R\$ 55,00(cinquenta e cinco reais)**, apurado mensalmente e pago semestralmente. No mês em que o empregado estiver de férias receberá o valor integral.

PARÁGRAFO SEGUNDO– Fica assegurado que, havendo alguma reclamação por parte dos empregados com relação à produção semestral, a empresa obriga-se a esclarecer a forma de distribuição, através de demonstrativos individuais do empregado requerente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para os trabalhadores que exerçam a atividade na **MANUTENÇÃO /ADMINISTRAÇÃO**, o valor será de **R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais)**, apurado mensalmente e pago semestralmente. No mês em que o empregado estiver de férias receberá o valor integral.

PARÁGRAFO QUARTO– Sobre o valor da participação ora pactuada, não incidirá encargos, exceto o relativo ao Imposto de Renda.

PARAGRAFO QUINTO – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

GARI DE VARRIÇÃO, PODADOR, JARDINEIROS, AJUDANTE DE COLETA, PROFISSIONAL QUE LABORE NA PINTURA DE MEIO FIO E CAPINAÇÃO:

01 – Zero de reclamações da área limpa.

02 – Devolução de equipamentos em perfeitas condições de trabalho, baseado na média das checagens dos 5S's no semestre.

03 – 100% de assiduidade a cada mês de trabalho.

04 - ASO em dia conforme programação do SESMT

A variação para esta categoria será entre **R\$ 0,00 a R\$ 55,00 mensal**.

GARI DE COLETA DE LIXO, OPERADOR AMBIENTAL, PROFISSIONAL DE LIMPEZA DE CANAL, LAGOS, LAGOA e AJUDANTE DE CAÇAMBA

01 – Zero de reclamações da área limpa.

02 – 100% de Assiduidade a cada mês de trabalho.

03 – 0% de advertência disciplinar.

04 - ASO em dia conforme programação do SESMT

A variação para esta categoria será entre **R\$ 0,00 a R\$ 85,00 mensal**.

OBS: Para o gari coletor que recolher mais de 123ton/mensal o valor da PLR será pago multiplicando-se o total de toneladas mensais pelo valor unitário de **R\$ 0,80/ ton**.

MANUTENÇÃO / ADMINISTRAÇÃO

01 – 100% de Assiduidade a cada mês de trabalho.

02 – 0% de advertência disciplinar.

03 - ASO em dia conforme programação do SESMT

04 - Atingir critérios definidos pela empresa quanto ao atingimentos dos indicadores estabelecidos pelas empresas;

A variação para esta categoria será entre **R\$ 0,00 a R\$ 85,00 mensal**

PARAGRAFO SEXTO - As empresas deverão enviar para o sindicato laboral no prazo de até 45 dias após a homologação desta convenção, proposta dos critérios de pagamentos para serem efetivados através de acordo coletivo de trabalho exclusivamente para pagamento de PL da manutenção/administração.

PARAGRAFO SÉTIMO - Caso as empresas não apresentem os critérios no prazo preestabelecido no parágrafo sexto, prevalecem como único critério de pagamento os itens 1 e 2 da cláusula sétima - referente a **MANUTENÇÃO/ADMINISTRAÇÃO**.



AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - VALE REFEIÇÃO

Cada empregado que presta serviço terá direito a receber vale (ou cartão) refeição ou vale (ou cartão) alimentação, pago até o 1º (primeiro) dia de trabalho do mês, no valor de **R\$ 15,00 (quinze reais)**, por dia, descontando-se **R\$ 0,72 (setenta e dois centavos)** por mês de cada empregado. Aos empregados que prestam serviço na manutenção o valor do vale será de **R\$ 15,76 (quinze reais e setenta e seis centavos)** por dia, descontando-se **R\$ 0,72 (setenta e dois centavos)** por mês de cada empregado

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de falta do trabalhador beneficiado, o vale refeição será proporcional aos dias trabalhados no mês, que deverão ser descontados por ocasião do recebimento dos vales a serem utilizados no mês seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa não descontará os vales refeição de até 02 (dois) dias de faltas legalmente justificadas no mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se por necessidade do serviço o empregado for escalado para trabalhar nos dias de domingo e/ou feriado, e não tiver recebido vale transporte ou refeição destinado àquele dia específico de labor, o empregado somente será obrigado a cumprir a jornada se receber previamente os vales refeição e vales transporte.

PARÁGRAFO QUARTO – Os empregados terão direito 1/11 do valor do vale recebido mensalmente, por ocasião das suas férias e a empresa não descontará os vales refeição de até 02 (dois) dias de faltas legalmente justificadas em cada mês, desde que atendidos os requisitos a seguir, devendo ser apurado com requisitos atendidos em 2016.

- zero ocorrência de procedimentos disciplinares;
- zero reclamações das áreas limpas;
- ASO em dia conforme programação do SESMT;

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA NONA - TRANSPORTE GRATUITO

Sempre que a atividade do empregado se desenvolver em locais e horários onde não circulam transportes coletivos, ou quando for concluída ou cessada a jornada, por qualquer motivo, a circulação dos mesmos, o empregador colocará a sua disposição meio eficaz e seguro de locomoção, até a sua residência, considerando o tempo de deslocamento horas *in itinere*.

PARÁGRAFO UNICO - No caso de trabalho prestado nas áreas além dos limites do município sede do local de trabalho, ou seja, regiões metropolitanas, distritos, as empresas fornecerão transporte apropriado para efetivo deslocamento dos trabalhadores até o local de execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

É obrigatório o fornecimento de vales transportes aos empregados. Estes serão entregues até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, exceto nos casos em que a empresa fornecer transporte aos mesmos. O desconto de até 6% (seis por cento) do vale incidirá sobre o piso salarial do empregado, proporcional aos vales recebidos.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CONVÊNIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas que mantiverem convênio de assistência médica e/ou odontológica, com a participação dos empregados nas custas respectivas, deverão assegurar aos mesmos o direito de optar, ou não, pela aceitação do convênio existente. A opção do empregado só terá validade se for feita por escrito. O empregado que optar pela aceitação ou aquele que dela desistir, não terá direito aos benefícios decorrentes do convênio a partir da data que efetuar sua desistência.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO DE SAÚDE.

Fica assegurado a todo empregado do seguimento econômico abrangido por esta Convenção Coletiva de Trabalho, que quiserem aderir a um Plano de Saúde intermediado pela empresa, pagamento integral de **100% (cem por cento) do valor**, pago pelo empregador, com desconto de 0,11 (onze centavos) em folha de pagamento, pelo que fica de logo a empresa autorizada a efetuar o aludido desconto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONVÊNIOS COM FARMÁCIA

As empresas comprometem-se a fazer convênios com farmácias objetivando que seus empregados adquiram remédios para desconto mensal em folha de pagamento, procedido pelo preço cobrado pela farmácia integralmente ou em até duas vezes.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas concederão auxílio funeral a ser pago ao dependente ou dependentes do empregado falecido, durante a vigência do contrato de trabalho, em quaisquer circunstâncias, no valor equivalente a 2,5 (dois e meio) pisos salariais no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a apresentação da certidão de óbito.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO CRECHE

As empresas deverão pagar auxílio creche mensal as suas empregadas a incidir no mês do nascimento da criança até o 6º mês de vida da mesma no valor de **R\$ 162,56 (cento e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)** mensais.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA

As empresas firmarão contrato de seguro de vida em grupo gratuito, beneficiando aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva, cobrindo **MORTE POR ACIDENTE DE TRABALHO E INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE DE TRABALHO**, com valor de cobertura inicial de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS

A título de incentivo à assiduidade fica assegurado o fornecimento de cesta básica até o 5º dia útil do mês subsequente com participação de 0,5% (meio por cento), do custo da cesta pelo trabalhador sobre os critérios abaixo especificados:

- 100% (cem por cento) de assiduidade no mês;
- todo o período de férias;
- aqueles que estão sob gozo de auxílio doença e auxílio doença acidentário

- todo o período de afastamento por acidente de trabalho;
- das faltas justificadas segundo a cláusula vigésima quinta;
- comparecer a cada 06 (seis) meses para realização de exames periódicos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Deverão compor a cesta básica:

- 1) – 4 Kg de feijão;
- 2) – 7 Kg de arroz;
- 3) – 1 Kg da farinha;
- 4) – 4 pc de macarrão;
- 5) – 2 pacotes de massa de milho;
- 6) – 5 Kg de açúcar;
- 7) – 1 Kg de sal;
- 8) – 2 latas de óleo;
- 9) – 2 barras de sabão;
- 10) – 750 gr. de café em pó;
- 11) – 200 gr. de leite em pó;
- 12) – 500 gr. de carne de charque, ou produto equivalente em peso e proteínas
- 13) – 250 gr. de doce



PARÁGRAFO SEGUNDO – DA ENTREGA DA CESTA BÁSICA

O empregado que não comparecer ao setor pessoal para receber a cesta básica no prazo de 72 (setenta e duas) horas, perderá o direito ao recebimento desta, em função de tratar-se de materiais perecíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será entregue 01 (uma) cesta junto com a PLR, obedecendo os mesmos critérios da cesta já entregue regularmente nos meses de Junho e Dezembro, dando o total de até 14 cestas ao ano.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CAFÉ DA MANHÃ

As empresas fornecerão, diariamente, no local de trabalho, antes do início do expediente, café da manhã, com pagamento pelo empregado no valor de **R\$ 0,02 (dois centavos de real)** mensal, com a seguinte composição básica:

- 1) Meio pão ou pão de milho, no peso mínimo de 100 gramas;
- 2) Leite em copo de 200 mililitros e/ou caldo;
- 3) Margarina e/ou ovo;

PARÁGRAFO UNICO - As empresas que não fornecerem o café da manhã "*in natura*" deverão pagar o valor diário de R\$ 3,00 (três reais).

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARTA DE REFERÊNCIA

No ato da demissão sem justa causa, as empresas fornecerão aos empregados, quando por eles solicitados, CARTA DE REFERÊNCIA ao respectivo contrato de trabalho, no sentido de contribuir para que os mesmos consigam novos empregos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

As interrupções ou suspensões de contrato de trabalho, de responsabilidade exclusiva do empregador, não serão descontadas nem compensadas posteriormente em jornada de trabalho, salvo se contar com a anuência do sindicato laboral.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
NORMAS DISCIPLINARES**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COLETA ADEQUADA

Não será admitida a utilização de caçambas na coleta de lixo domiciliar nas ruas de Fortaleza, exceto nas 86

(oitenta e seis) avenidas objeto do plano de trabalho aprovado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Incluem-se aqui as áreas de difícil acesso.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ADVERTÊNCIA OU SUSPENSÃO

A todo empregado suspenso ou advertido disciplinarmente, será entregue um expediente escrito com a exposição clara dos motivos da punição, dia local e hora da ocorrência, a qual será assinado pelo empregado e também pelo encarregado administrativo da empresa. Recusando-se o empregado a assinar, o expediente será assinado por duas testemunhas presentes ao ato da recusa, cujo o nome deve ser declinado na comunicação da suspensão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

Ao trabalhador estudante será assegurado o abono de sua ausência ao trabalho durante o horário de prestação de exames curriculares ou vestibulares, desde que pré-avisada a empresa até 48 (quarenta e oito) horas antes, no mínimo, e subordinado à comprovação posterior, pelo empregado, no mesmo prazo, em ambos os casos por escrito.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA APOSENTADORIA

Fica vedada dispensa ao empregado, sem justa causa, que estiver a pelo menos 24 (vinte e quatro) meses da aposentadoria por idade e a 18 (dezoito) meses da aposentadoria por tempo de serviço, desde que devidamente comprovada pelo INSS.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS FALTAS JUSTIFICADAS

Além dos casos previstos nos incisos I a VI, do art. 473, da CLT, poderá o empregado independente de sexo, faltar ao serviço sem qualquer diminuição salarial, nos seguintes casos:

- 03 (três) dias quando do falecimento de pessoa com quem coabita, companheiro (a), pai, mãe, filho, avós paternos ou maternos, enteado ou dependentes já declarados previamente perante a empresa.
- Atestados Médicos.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em casos de óbito e/ou funeral em localidade superior a 100 km da cidade, deverá ser acrescido 02 (dois) dias nos períodos já estabelecidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL

O dia 5 de outubro de cada ano é celebrado o dia da categoria profissional. Se nesse dia o empregado não tiver folga e for trabalhar, receberá da empresa o salário desse dia em dobro, não cabendo, nesse caso, nenhum tipo de compensação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

A empresa aceitará como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, fornecidos por médico diretamente vinculados à Previdência Social e/ou vinculado a qualquer plano de saúde. O prazo para entrega do atestado médico na empresa será de até 48 horas, contado apartir da emissão do mesmo.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLAUSULA VIGESIMA OITAVA - DAS FERIAS DO EMPREGADO ESTUDANTE

As empresas concederão as férias de seus empregados comprovadamente estudantes, em período que coincidam com as férias escolares, e desde que tal benefício seja solicitado pelo empregado, por escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, acompanhado de comprovante de frequência escolar.

REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FÉRIAS**

As férias deverão ser pagas pelo empregador até o 8º (oitavo) mês imediatamente após o término do período aquisitivo, sob pena de pagamento em dobro.

**SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO****CLÁUSULA TRIGÉSIMA - VESTIÁRIOS**

As empresas ficam obrigadas a manter nos locais de trabalho, local destinado a mudança ou troca de roupas, dotado de reais condições de higiene, asseio e discricção.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os empregados efetuarão o registro da sua jornada de trabalho após vestir o fardamento e realizar o lanche. Quaisquer reuniões envolvendo os empregados só poderão ocorrer após os mesmos registrarem sua jornada.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO UNIFORME E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO (EPI)**

Aos trabalhadores que executem suas tarefas no serviço de coleta de limpeza urbana serão fornecidos pelas empresas, gratuitamente, 4 (quatro) uniformes completos por ano e os equipamentos de proteção necessários (EPI's) tais como luvas, botas e/ou tênis e outros. Dois outros uniformes completos poderão ser entregues ao empregado, gratuitamente, para o mesmo período de um ano, caso fique comprovado desgaste natural dos anteriormente entregues. Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido por qualquer motivo, antes de terminado o período a que se destinam os uniformes, fica o mesmo obrigado a devolvê-los.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para os empregados que prestarem serviços expostos ao sol, será fornecido pelas empresas, protetor solar de qualidade e suficiente para não prejudicar a saúde da sua pele, bem como em quantidade capaz de suprir a sua necessidade diária; com prazo de implantação de até 60 dias.

PRIMEIROS SOCORROS**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TRANSPORTE DO ACIDENTADO**

As empresas obrigam-se a garantir transporte gratuito do empregado acidentado no trabalho, imediatamente, após a ocorrência até o local de efetivação do atendimento médico. Quando necessário, o requerimento do acidentado ou seus familiares, após o atendimento médico, terá o transporte garantido pela empresa até a sua residência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas deverão comunicar o acidente de trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte à ocorrência, e, em caso de morte, de imediato à autoridade competente. Da comunicação a que se refere está cláusula, receberão cópia, o acidentado e/ou seus dependentes bem como também o sindicato profissional, no caso de afastamento superior a 15 (quinze) dias.

CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - PERMISSIVAS SOBRE DOENÇA PROFISSIONAL

Durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, será liberado 1 (um) dia por ano e até 2 (dois) empregados da empresa por setor para comparecimento em cursos na área de segurança e medicina do trabalho ministrados pelo Sindicato Profissional, bem como quaisquer outros do interesse da categoria devidamente comprovado. As solicitações serão encaminhadas pelo Sindicato Profissional através de ofício, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES DO SINDICATO PROFISSIONAL**

A empresa, caso tenha empregado eleito como membro da Diretoria do Sindicato Laboral, em qualquer cargo, liberará o mesmo para prestar serviços junto ao Sindicato, desde que solicitado, sem prejuízo dos seus vencimentos, limitando-se a no máximo de 02 (dois) diretores sindical por empresa, independente do número de empregados eleitos, com todos os benefícios e vantagens remuneratórias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A lista de nomeação, ou os nomes dos diretores liberados, será enviada ao sindicato patronal no prazo de 03 (três) dias após a assinatura da presente convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Respeitado o número de dois diretores por empresa, poderá o sindicato laboral requerer a substituição do diretor liberado, desde que o faça com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO ACIDENTADO**

Fica assegurada a estabilidade provisória dos empregados vítimas de acidente de trabalho, durante 12 (doze) meses, após o seu retorno ao serviço, desde que o afastamento seja por prazo superior a 30 (trinta) dias de acordo com a Lei nº 8.213/91, Artigo 118.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO**

A documentação exigida pela Previdência Social será fornecida pelas empresas, quando solicitada pelo empregado, nos seguintes prazos: 5 (cinco) dias úteis, quando para fins de auxílio doença; 30 (trinta) dias úteis, para casos de aposentadoria; e, ainda, em 5 (cinco) dias úteis, em caso de morte do empregado.

**RELAÇÕES SINDICAIS
REPRESENTANTE SINDICAL****CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - GUIAS DE RECOLHIMENTO**

As empresas fornecerão ao Sindicato Profissional cópias das guias de recolhimento da contribuição sindical, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o respectivo recolhimento em rede bancária, e desde que o referido sindicato promova o recebimento das cópias junto a cada empresa.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL**

Fica garantido aos diretores do Sindicato dos trabalhadores visitas ao local de trabalho, a fim de tratar assuntos relacionados com a sua categoria e seus associados, desde que a empresa seja comunicada com antecedência, evitando assim possíveis incidentes de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS

As empresas concederão espaço, em local por ela determinado, para a fixação de comunicações da categoria, desde que não contenham ofensas a qualquer pessoa/empresa e que não tenha caráter político partidário ou religioso.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

Em razão das atribuições sindicais por ocasião do processo de negociação coletiva, os empregadores descontarão de todos seus empregados associado do Seeaconce, bem como dos não associados, desde que estes últimos expressamente os autorizem; nos termos abaixo discriminados:

O percentual de 3% (três por cento) do total dos salários brutos de todos os trabalhadores integrantes da categoria, limitado ao valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser descontados na folha de pagamento do mês de abril de 2017, devendo ser repassado ao SEEACONCE até o dia 10 de maio de 2017;

Parágrafo Primeiro- O desconto de que tratam o caput, desta Cláusula, e os seus incisos, foi expressamente autorizado pelas assembléias gerais extraordinárias, realizadas nos dias 20/10/2016 e dia 21/10/2016.

Parágrafo Segundo - A importância referida será repassada nas datas apontadas, sob pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante a ser recolhido pela empresa, corrigidos monetariamente os valores retidos, a contar do dia imediato ao término do prazo para o repasse. Incidirão juros de 1% ao mês pela mora causada pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADE SOCIAL

As mensalidades devidas ao sindicato profissional descontadas nos termos do artigo 545 da CLT (com autorização escrita do empregado) em valor equivalente a 1,5% (um e meio por cento), tendo por base o piso salarial do empregado associado ao sindicato de trabalhadores, serão repassadas ao mesmo até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao desconto mediante recibo na sede do sindicato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DA MENSALIDADE SOCIAL

As empresas, por hipótese alguma, recusarão as autorizações para desconto das mensalidades dos sócios da entidade profissional, nem poderão induzi-los a cancelar suas sindicalizações.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas do setor das categorias econômicas aqui representadas, deverão recolher no dia 14 (quatorze) do mês de setembro, a contribuição assistencial patronal para a expansão dos serviços de custeio desta campanha salarial, no valor de R\$ 261,02 (duzentos e sessenta e um reais e dois centavos), que devem ser pagos por intermédio de boleto bancário ou na sede do Sindicato.

Parágrafo Primeiro – O recolhimento da contribuição assistencial patronal efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo anterior será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – Por mês subsequente de atraso, além da multa estabelecida no parágrafo anterior, serão devidos juros de mora de 1% (um por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas abrangidas pelo Sindicato das Empresas de Asseio e conservação do Estado do Ceará deverão recolher o valor de R\$ 652,57 (seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), parcelado em duas vezes, nos meses de julho/2017 e outubro/2017, a título de contribuição confederativa, que deverá ser repassado com boleto bancária ou na sede do Sindicato, até o dia 10 de julho/2017 e 10 de outubro/2017, respectivamente, de acordo com o Art. 8º Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

Parágrafo Único – Os atrasos no prazo de recolhimento estão sujeitos às mesmas penalidades previstas na cláusula anterior.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

As empresas que pretendam participar de licitações promovidas por órgãos da administração pública direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO— Essa certidão será expedida pelo SEACEC e SEEACONCE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO— Consideram-se obrigações sindicais, para fins de expedição da citada certidão, o recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica), bem como de todas as taxas e contribuições aqui inseridas, de acordo e nos termos das cláusulas que as preveem.



OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas enviarão à entidade sindical profissional a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, valor do salário e valor do recolhimento), bem como do desconto da contribuição assistencial, até o 10º (décimo) dia útil do recolhimento dessas verbas.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MULTA

Na hipótese de violação de qualquer cláusula da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ficam os acordantes sujeitos a multa equivalente a 01 (um) piso salarial da categoria reversível em favor do empregado prejudicado

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FORO COMPETENTE

As controvérsias porventura resultantes da aplicação da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, se antes não forem solucionadas pelas partes acordantes. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em 01 (uma) via de igual teor e forma, por seus representantes legais, tudo para que produza os efeitos legais e os desejados.

MARIO MAIA DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREG EM EMPRES DE ASSEIO E CONSERVACAO

PAULO CESAR BALTAZAR VIANA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMP DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARA

ANEXOS ANEXO I - ATA

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.